

# Trabalho e educação de camponesas para o desenvolvimento de comunidades rurais no Ceará

Déa de Lima Vidal<sup>1</sup>, Erica Maria Bezerra Pinheiro<sup>2</sup>, Marciana de Lima Soares<sup>3</sup>, Daniel Paraguay Alves Santos<sup>4</sup>

## Resumo

O fator gênero tem obtido pouco impacto nos programas voltados para o desenvolvimento de regiões semiáridas apesar do reconhecimento oficial sobre a necessidade de integrar a mulher aos programas de combate à desertificação. Considera-se a educação como um recurso utilizado em benefício da melhoria de suas vidas enquanto camponesas e imprescindível para o desenvolvimento rural. Os resultados evidenciaram a existência de relações entre o tempo de trabalho e educação em uma amostra significativa de camponesas de Tauá (Ce), pois, aquelas que apresentaram maior nível educacional foram as mais dedicadas aos trabalhos rurais, apresentando maior número de horas na jornada laboral, e as de menor nível educacional mostraram comportamento inverso. A educação teve o efeito de integrar melhor a mulher ao trabalho rural apesar do contexto de precariedade

## Abstract

*The gender factor has gotten little impact on programs for the development of semi-arid regions despite the official recognition of the need to integrate women to combat desertification programs. The education is considered as a resource used for the benefit of improving their lives as peasant and essential for rural development. The results showed the existence of relationships between work time and education on a significant sample of peasant women from Tauá (Ce). Those women with higher education were the most devoted to rural jobs, with higher number of hours in the workday and those with lower educational level showed an inverse behavior. Education had the effect of integrating rural women to work despite the context of material deprivation and still insufficient educational action aimed at the peasant by the government to achieve development.*

1 Professora adjunta, doutora, Laboratório de Estudos em Sistemas Agrários Semiáridos da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

2 Aluna do mestrado em geografia da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

3 Mestranda em Logística e Pesquisa Operacional da Universidade Federal do Ceará (UECE).

4 Estudante de graduação do curso de Geografia da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

material e da ainda insuficiente ação educacional direcionada à camponesa pelos poderes públicos para alcançar o desenvolvimento.

**Keywords:** *Rural development. Peasant woman. Timework. Education level.*

**Palavras-chave:** Desenvolvimento rural. Camponesa. Tempo de trabalho. Nível de educação.

---

## Introdução

Concebe-se neste estudo que o sertão é *locus* habitacional de desenvolvimento social de unidades familiares, uma vez que as atividades econômicas agrárias no Nordeste do Brasil contemporâneo repousam em sua grande maioria sobre as unidades de produção familiar situadas no semiárido (CADENGUE *ET AL.*, 2005; FISCHER, 2001, 2002A, 2002B, FISCHER *ET AL.*, 2003; GOMES DA SILVA, 2001; GOMES DA SILVA E CARVALHO, 2004). Nesse *locus*, no entanto, o papel da camponesa na produção agropecuária não é suficientemente conhecido no âmbito acadêmico, mesmo considerando a revalorização econômica e social atual do trabalho rural na esfera governamental através, por exemplo, do Pronaf (BRASIL, 1996).

O trabalho da camponesa tem um papel fundamental no desenvolvimento econômico e social, papel esse que está além do interesse da própria mulher, mas que se apoia em base econômica definida pela organização da produção em uma sociedade determinada (BUTTEL *ET AL.*, 1984; BRUSCHINI, 2007). Assim, as camponesas enfrentam problemas como a subordinação por relações sociais de poder que se sustentam na divisão do trabalho, tal como afirmaram as clássicas Hartmann (1981) e Whatmore (1988).

A proeminência econômico-social do homem e a subordinação da mulher são consideradas consequências de sua posição em relação à produção social, mesmo considerando o contexto da opressão de classe, a divisão social do trabalho e a origem da subordinação da mulher no acesso desigual aos meios de produção. A divisão do trabalho está determinada pelas instituições do matrimônio, da família e a herança enquanto reguladoras da reprodução social, ou seja, o modo através do qual os privilégios de classe são transmitidos através do tempo.

Mesmo que na agricultura a concentração da mulher no trabalho doméstico seja um fato universal demonstrado há várias décadas (GASSON, 1992), a atuação da mesma não se restringe às atividades domésticas. Portanto, a atuação na produção agropecuária e a variedade de tarefas que as camponesas assumem na unidade familiar têm evidenciado as mesmas como sujeitos na produção do espaço rural (CRUZ E CHELOTTI, 2005; SANTOS E SILVA, 2010). Na prática empírica, os distintos trabalhos da mulher estão entrelaçados de modo inextricável (LECKIE, 1987), havendo uma pluralidade de trabalhos conjuntos (VIDAL, 1995A; WHATMORE, 1988) que ela-

boram cotidianamente o espaço rural. Porém, é importante ressaltar que, apesar da grande importância do papel feminino, nota-se que ainda existe a centralização das tarefas, entendidas pelo senso comum como de maior relevância econômica no homem (SANTOS, 2008).

Considerando que a jornada de trabalho da camponesa é supostamente importante, porém desconhecida para a manutenção das Unidades Produtivas, pressupõe-se que as mesmas disponibilizam grande parte do seu tempo para as atividades reprodutivas e produtivas, e que não lhes restaria tempo para incluírem-se atividades de educação formal, pois as mesmas teriam que abdicar de algumas responsabilidades na unidade para dedicar tempo à sua educação.

O acesso à educação é de extrema importância para a realidade das camponesas rurais, uma vez que, a apropriação do saber, do conhecimento, lhes daria subsídio para a luta pelos seus direitos. Considera-se aqui a educação como um recurso usado em benefício da melhoria de suas vidas enquanto camponesas (CUNHA ET AL., 2006), constituindo-se, portanto em “elo emancipatório que aponta perspectivas para os trabalhadores e instrumentaliza a ação política desses sujeitos, rumo a uma sociedade plural e democrática” (SILVA E MENDONÇA, 2010).

A omissão do fator gênero tem acontecido nos programas voltados para a região semiárida apesar do reconhecimento oficial da necessidade de integrar a mulher aos programas de combate à desertificação no Estado do Ceará, consubstanciado no Programa de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAE-CE) (CEARÁ - SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS, 2010). Portanto, a necessidade de se conhecer o perfil do trabalho da mulher rural no semiárido cearense conduziu a esse estudo que analisa a relação entre o nível educacional da camponesa e a extensão de sua jornada de trabalho. A compreensão dessa relação permitirá identificar e caracterizar a contribuição da camponesa enquanto produtora do desenvolvimento rural na região.

## Metodologia

Desenvolvido pelo Laboratório de Estudos em Sistemas Agrários Semiáridos (Lesisa) da Universidade Estadual do Ceará (UECE), no contexto do projeto de pesquisa “Camponesas camponesas: trabalho e reprodução social no Sertão dos Inhamuns, Ce”, financiado pelo Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (CNPq), Edital 20/2010, presente estudo realizou-se com camponesas de comunidades rurais do Distrito do Baixo Trici, Município de Tauá, Ceará.

Genericamente, o Município de Tauá posiciona-se em uma faixa classificatória baixa e baixo-média em seus indicadores de desenvolvimento de acordo com os cálculos do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará [IPECE] (2008). Seu Índice de Desenvolvimento Humano é de 0,665 (ONU-PNUD, 2010), inferior à média do Estado do Ceará: 0,699 (ONU-PNUD, 2010), que é por sua vez, similar ao do país.

**Tabela 1.** Indicadores de desenvolvimento do Município de Tauá, Ce.

Indicador de desenvolvimento social	Intervalo	Classificação do município
Fisiográfico, fundiário e agrícola	28,00 a 41,81	Baixo
Demográfico e econômico	14,19 a 28,86	Baixo
Infraestrutura	26,76 a 39,09	Baixo-médio
Social	19,16 a 33,34	Baixo-médio

Fonte: IPECE, 2008.

A coleta de dados foi realizada no ano de 2008 por meio de questionários aplicados *in situ* pelos membros do laboratório a 75 camponesas presentes em Unidades de Produção Agrária Familiar (UPAF) distribuídas em seis comunidades rurais: Junco (n=16), Tapera (n=16), Lustal I (n=16) e Lustal II (n=9), Tiassol (n=9) e Queimadas (n=9). A expressão UPAF busca a integração de elementos conceituais e metodológicos próprios do estudo das estruturas sociais familiares, o que permite especificá-la como uma entidade rural, física, plasmada nos fatores de produção terra, trabalho e outras várias formas de capital, envolvendo atividades de produção vegetal e/ou animal, assim como o manejo e as estruturas de organização e atividades diretamente associadas com a mesma entidade física (DILLON, 1992). Essas comunidades foram escolhidas para a pesquisa nessa região semiárida cearense, por haverem sido apontadas em mapeamento prévio da Secretaria Municipal de Agricultura, Recursos Hídricos e Meio Ambiente de Tauá, por congregarem grande número de famílias de baixa renda (SEAGRI-TAUÁ, 2007). O número de camponesas por comunidade é distinto porque corresponde ao critério de adesão voluntária das mesmas ao projeto de pesquisa, preservando-se, no entanto, a representatividade feminina por comunidade. O total de famílias residentes nas seis comunidades sob estudo ascende a 305; assim, o presente estudo abrangeu 24,6% das camponesas do Distrito do Baixo Trici.

Utilizaram-se as variáveis referentes ao tempo dedicado pela mulher às atividades na Unidade de Produção, ou seja, a jornada de trabalho diária das mesmas, bem como seus períodos de descanso, ambos em horas. Tanto o tempo de trabalho como o de descanso foram divididos em dois períodos do ano: período chuvoso (janeiro a abril) e o período de estiagem (maio a dezembro) (FUNCEME, 2010). Assumiu-se, no âmbito desse estudo, que o significado do termo “descanso” é repouso, sossego, calma, pausa, e ainda sono (FERREIRA, 1988).

Entendem-se aqui as atividades realizadas pelas camponesas dentro da Unidade de Produção como atividades diversificadas, incluindo tanto o trabalho doméstico como o agropecuário. Constituem-se como atividades femininas sob estudo aquelas nas quais as camponesas estão envolvidas no decorrer do dia, sejam elas de caráter produtivo ou reprodutivo. No entanto, é importante notar que no caso de camponesas em grupos domésticos, produção e reprodução

formam parte de um mesmo processo na medida em que a relação das pessoas que vivem na mesma casa se realiza, modifica-se e perpetua-se em função da exploração direta dos recursos (NAROTZY, 1988; CAPORALE-BIZZINI, 2004), subjazendo a complexa interdependência entre produção e reprodução (WHATMORE, 1990; CAPORALE-BIZZINI, 2004).

A variável concernente ao nível educacional das camponesas foi dividida em sete classes: informal, ensino fundamental incompleto, ensino fundamental completo, ensino médio incompleto, ensino médio completo, superior incompleto e superior completo. Por nível informal entendem-se aquelas pessoas que não tiveram acesso ao sistema básico de educação, ou seja, que não foram alfabetizadas e que retêm seus conhecimentos àqueles baseados na educação informal que ocorre ao longo da vida dos indivíduos e que através dela os mesmos adquirem informação, discernimento, ciência, habilidades e atitudes, incluindo todos os processos espontâneos de aprendizagem (TRILA, 1996).

Os dados coletados transformados em frequência foram analisados através de estatística descritiva utilizando-se medidas de tendência central e de dispersão (TRIOLA, 1999). Essa técnica possibilitou uma análise comparativa entre os valores das variáveis médias para cada comunidade. Todos os cálculos foram realizados com programa estatístico BioEstat 5.0.

## Resultados

Os resultados são apresentados por meio da caracterização da jornada de trabalho e descanso diários femininos em horas, seguidos da identificação do nível educacional das camponesas em porcentagem, ambos apresentados para cada uma das seis comunidades rurais e de acordo com a estação do ano. Por último é apresentada uma análise interpolada dessas variáveis.

### Tempo de trabalho e de descanso de acordo com os períodos do ano

A Tabela 2 apresenta o tempo médio de trabalho e de descanso que as camponesas utilizam para as atividades dentro da Unidade de Produção, ressaltando algumas diferenciações entre período de seca e chuvoso.

Constatou-se que as camponesas da comunidade de Tiassol evidenciam maior número em horas de trabalho durante a estação seca, diferentemente do que ocorre na comunidade de Tapera, que apresenta a média mais baixa de todas as comunidades rurais em relação ao número de horas trabalhadas nesse mesmo período. As comunidades de Lustal I, Lustal II, Queimadas e Junco apresentam-se, respectivamente, em escala decrescente de horas trabalhadas no mesmo período.

**Tabela 2.** Tempo médio em horas, desvio padrão (DP) e coeficiente de variação (CV) do trabalho e descanso feminino por comunidades nos diferentes períodos do ano

Comunidades rurais		Queimadas	Junco	Tapera	Lustal I	Lustal II	Tiassol
Período de seca (horas)	Média	14,72	4,78	2,50	15,82	16,06	16,69
	DP	1,18	5,15	2,32	1,00	0,72	1,03
	CV	0,08	1,08	0,93	0,06	0,05	0,06
Período chuvoso (horas)	Média	14,39	9,38	5,56	15,47	16,06	16,69
	DP	1,62	3,23	3,08	0,91	0,77	1,03
	CV	0,11	0,34	0,55	0,06	0,05	0,06
Descanso (horas)	Média	0,65	1,5	1,19	0,68	0,89	0,88
	DP	1,62	0,82	0,62	0,34	0,52	0,23
	CV	2,49	0,54	0,52	0,50	0,58	0,26

Fonte: Elaboração própria, 2008.

O mesmo ocorre no período chuvoso onde as camponesas de Tiassol se mantêm em primeiro lugar com o maior número médio de horas trabalhadas e as de Tapera continuam a se destacar como as que trabalham menor número médio de horas nesse período. Seguem-se as demais comunidades na mesma ordem apresentada para o período de seca.

Esses resultados demonstram que o tempo de trabalho realizado pela maioria das camponesas das comunidades não se alterou quando são comparados os períodos de seca e chuvoso. Porém, ressalte-se que as camponesas das comunidades de Tapera e Junco apresentaram as maiores variações no tempo de trabalho tanto no período de seca como no chuvoso, já que os mesmos apresentam os maiores desvios padrão e coeficientes de variação. Ademais, pode ser observada grande homogeneidade intracomunidades para o tempo de trabalho feminino desenvolvido em ambos os períodos, já que os desvios padrão e os coeficientes de variação apresentam pequenos valores.

Em relação ao descanso das camponesas nas comunidades, foi observado que Queimadas apresentou-se como a de menor tempo e, inversamente, a comunidade de Junco como a de maior descanso. As outras comunidades, Tapera, Lustal II, Tiassol e Lustal I, evidenciaram comportamento similar em ordem decrescente, respectivamente. No entanto, em Queimadas há uma grande variação no tempo de descanso feminino, considerando o alto coeficiente de variação.

É interessante observar que as camponesas da comunidade de Tiassol trabalham mais tempo no período de seca e no chuvoso. Considerando essa lógica, essas camponesas deveriam apresentar menor tempo médio de descanso. Porém, contrariamente, as mesmas destacam-se por apresentar o terceiro menor tempo de descanso e tempo similar de trabalho nos períodos de seca e de chuva.

## Nível educacional feminino

Os resultados relativos ao nível educacional das camponesas em estudo são apresentados na Tabela 3, a seguir. O estudo referente ao levantamento sobre o nível educacional das camponesas baseou-se no fato de que a educação, como um direito cidadão, é um dos meios de contribuir com melhorias na vida. Portanto poderia possibilitar as camponesas uma inserção no conhecimento e, conseqüentemente, instrumentalizá-la na luta por seus direitos.

**Tabela 3.** Valores médios em porcentagem, desvio padrão (DP) e coeficiente de variação (CV) dos respectivos níveis educacionais femininos por comunidade rural.

Nível Educacional (%)	Comunidades rurais							Média	DP	CV
	Queimadas	Junco	Tapera	Lustal I	Lustal II	Tiassol				
	n=9	n=16	n=16	n=16	n=9	n=9				
I1	88,89	93,75	87,50	81,25	77,78	55,56	80,79	13,60	0,17	
FI2	11,11	0,00	0,00	0,00	0,00	22,22	5,56	9,30	1,67	
FC3	0,00	0,00	0,00	12,50	0,00	0,00	2,08	5,10	2,45	
MI4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
MC5	0,00	0,00	12,50	6,25	11,11	0,00	4,98	5,83	1,17	
SI6	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11,11	1,85	4,54	2,45	
SC7	0,00	6,25	0,00	0,00	11,11	11,11	4,75	5,49	1,16	

Fonte: Elaboração própria, 2008. 1I: nível informal, 2FI: nível fundamental incompleto, 3FC: nível fundamental completo, 4MI: nível médio incompleto, 5MC: nível médio completo, 6SI: nível superior incompleto e 7SC: superior completo.

Os resultados relativos à caracterização educacional das camponesas sob estudo mostram que, grande parte delas apresenta nível informal de educação: 80,79%. Em todas as comunidades o nível informal de educação foi o que prevaleceu, sendo que a comunidade de Junco revelou a maior porcentagem e a comunidade de Tiassol a menor.

Caracterizando individualmente cada comunidade, pode-se observar que em Queimadas, além da predominância do nível informal, uma única camponesa situou-se no nível fundamental incompleto. Na comunidade de Junco o nível informal apresenta números exorbitantes (n=93,75%), com exceção de uma camponesa que possui nível superior completo, especificamente no curso de pedagogia. Em Tapera, além da alta porcentagem de nível informal, 12,50% das camponesas afirmaram ter o nível médio completo. Lustal I, além de apresentar a grande maioria de camponesas com nível informal, evidenciou também camponesas com fundamental completo é 12,50%, e médio completo 6,50%. Tal como foi colocado antes, as camponesas da comunidade de Lustal II revelaram também alto percentual médio em educação informal, havendo raras exceções como uma senhora com conclusão do ensino médio e outra com superior completo no curso de pedagogia, tal como ocorreu na comunidade do Junco. Finalmente, na comunidade de

Tiassol percebe-se uma diferença peculiar com relação à educação. Apesar da maioria das camponesas permanecerem na educação informal, algumas se posicionaram no ensino fundamental incompleto (22,22%), e duas camponesas alcançaram nível superior (uma não o finalizou e a outra se formou na área de educação também).

Apenas as comunidades rurais de Lustal II e Tiassol apresentaram suas respectivas porcentagens de camponesas com nível informal abaixo da média geral. No entanto, observa-se que as medidas de dispersão para todas as comunidades apresentam valores baixos, o que evidencia a ausência de concentração de nível informal em alguma comunidade em particular. No entanto, em relação aos níveis de escolaridade fundamental completo e superior incompleto, observa-se que as medidas de dispersão apresentam respectivamente valores muito altos, significando que nesses níveis de escolaridade a concentração dos mesmos deu-se em determinadas comunidades: fundamental completo com frequência apenas e superior incompleto apenas incidindo em Tiassol (Tabela 3).

## Relação entre trabalho e educação

As camponesas das comunidades de Tiassol e Lustal II ( $n=18$ ; 24% da amostra) que apresentaram maior tempo de trabalho tanto para o período de seca como de chuva, em relação ao nível educacional (especialmente as de Tiassol) situaram-se entre as de menor porcentagem de nível informal, destacando-se a existência de camponesas com nível superior completo.

Já as comunidades de Junco e Tapera ( $n=32$ ; 42,7% da amostra) foram as comunidades rurais com menor tempo de trabalho na unidade e onde houve maior porcentagem em relação ao nível informal de educação. As demais comunidades rurais (Queimadas e Lustal I) apresentaram resultados em posição mediana ( $n=25$ ; 33,3%).

Evidencia-se com esses resultados que as camponesas que apresentaram menor tempo de trabalho foram às caracterizadas por maior nível informal de educação. Assim, as camponesas caracterizadas por maiores níveis de educação foram as que mais estiveram engajadas no trabalho. Tal fato vem demonstrar uma singularidade especificamente para o caso em estudo: quanto maior a incidência de níveis educacionais mais elevados, maior o tempo de trabalho das camponesas na Unidade Familiar. Pode-se deduzir que a educação tem um efeito no sentido de integrar mais a mulher ao trabalho, ou seja, quanto maior o nível educacional mais as camponesas estiveram engajadas em atividades na Unidade de Produção.

Identifica-se, no entanto, que a restrição maior para essas camponesas é em relação ao retorno à educação, uma vez que a longa jornada de trabalho, exceção para as comunidades de Tapera e Junco, não lhes possibilitaria essa volta. Ou seja, não restaria tempo para as camponesas dedicar-se aos

estudos. Assim, uma das restrições da longa jornada de trabalho é a impossibilidade de retorno a atividades educacionais, impossibilitando-as de usar o recurso educacional como melhora de vida.

## Discussão

Avaliando-se globalmente os resultados do presente estudo, pode-se observar que em todas as comunidades é notável a precariedade da educação feminina: 82,67% em média das 75 camponesas não têm, ou não teve, acesso algum à educação. Baseando-se nisso, pode-se atentar para o fato de que aquele distrito rural do Ceará ainda apresenta problemas com a educação, e o que é mais preocupante, com a falta dela.

Referente à realidade da situação educacional intergênero no Estado do Ceará observa-se que a taxa de analfabetismo ainda foi de 24,97%, para o ano 2000 (IPECE, 2010). Ainda assim, tal percentual mostra-se elevado diante da média nacional, também intergênero: 13,6% para o ano 2000 (MEC-INEP, 2002a). Em relação aos municípios cearenses, para o mesmo ano, o Ipece (2008) verificou que 176 dos 184 municípios possuíam taxa de analfabetismo superior a do Estado, o que inclui o município de Tauá, com uma taxa de analfabetismo de 38,6% (MEC-INEP, 2002b). Nota-se, portanto, que existe uma grande desigualdade entre os municípios cearenses em relação ao analfabetismo e que a alta porcentagem das camponesas rurais sob estudo com educação informal é coerente com as cifras governamentais.

Com a modernização agrícola “a agricultura de subsistência tende a se tornar, cada vez mais, uma ‘instituição’ em extinção” (ROSSINI, 1993). No entanto, a mulher ainda resiste como produtora do desenvolvimento no espaço rural. Entender as condições, as atuações e as relações nas quais as mesmas estão envolvidas em seus espaços de vivência “é perceber a construção contínua do espaço social” (SILVA E MENDONÇA, 2010). As longas jornadas de trabalho das camponesas se concretizam na produção e reprodução das Unidades Produtivas. A mulher ao atuar constrói seu papel, realiza sua contribuição na produção do desenvolvimento como colocado por Antunes (2004) *apud* Silva e Mendonça (2010): “se o trabalho é condição para a existência social do ser humano, o mesmo cria o espaço e também o modifica”.

Em estudo realizado sobre a situação da mulher em países da América Latina, Chiappe (2005), entre eles o Brasil, evidencia a existência de muitas camponesas rurais brasileiras que apesar de trabalharem em pequenas Unidades Produtivas não são consideradas parte da população economicamente ativa e, de modo geral, as próprias camponesas definem seu trabalho não remunerado como não produtivo. O trabalho feminino é considerado uma extensão de suas tarefas como mãe, esposa e dona de casa (ORTIZ, 1995), caracterizando a maioria dos trabalhos rurais de caráter não remunerado como atividades econômicas de subsistência relacionadas à horti-

cultura, aves e pequenos animais. Nas comunidades rurais cearenses sob estudo as camponesas desempenham tarefas diversificadas ademais de serem as únicas ou maiores responsáveis pela prole, estando sua contribuição mais relevante também relacionada ao manejo com suínos, aves e atividades na horta-pomar (VIDAL, 2013). Outras responsabilidades econômicas femininas na Unidade Produtiva são administração, contabilidade, realização de cursos na área rural, vendas de produtos e tarefas domésticas para a mão de obra empregada.

No presente estudo, apesar das camponesas não desempenharem atividades de maior impacto econômico do ponto de vista estritamente quantitativo, as mesmas apresentam grande dinâmica de responsabilidades dentro da unidade, configurando assim a mulher enquanto ser produtor do desenvolvimento no espaço rural (ROSSINI, 2010). Tal como foi colocado antes (VIDAL, 2013), essa grande diversidade de atividades de responsabilidade feminina pode constituir-se no fator (ou em um deles) que as deixam “presas” em suas realidades, impedindo-as de acessar, ou retornar ao processo da educação.

A respeito de toda essa responsabilidade que recai sobre a mulher, argumenta-se que as tarefas e responsabilidades exercidas por elas nas atividades da Unidade Produtiva têm um impacto maior em suas vidas quando comparado à vida masculina (CHAVALITSAKULCHAI; SHANAVAZ, 1990). Efetivamente, as camponesas sob estudo que evidenciam maior tempo de trabalho (Lustal I, Lustal II e Tiassol, Tabela 2), provavelmente teriam que abdicar de algumas atividades na Unidade de Produção Familiar para dedicar tempo para sua educação.

Evidencia-se uma singularidade na tendência apresentada pelas comunidades em estudo: quanto maior o percentual de nível informal, menor o tempo dedicado às atividades na Unidade Familiar de Produção, ou seja, quanto mais baixo o nível de estudo, menor o tempo dedicado ao trabalho (com exceção de Queimadas). Assim sendo, as camponesas que possuíam uma maior dinamicidade em relação à educação, foram as que estiveram mais engajadas ao trabalho. Em outras palavras, quanto menor estudo as camponesas apresentaram, mais “inibidas” ficaram como agentes produtoras do desenvolvimento e, quando apresentaram maior nível de estudos, mais inseridas em atividades se evidenciaram, baseando-se nas elevadas horas trabalhadas. Apesar de essa tendência ser aplicável a um pequeno percentual de camponesas com ensino secundário e/ou superior, já que a grande maioria das camponesas apresenta nível informal, esses resultados evidenciam a importância da educação para as camponesas, pois as mesmas adquiririam possibilidade de se projetar em atividades econômico-políticas mais públicas e, portanto com maior probabilidade de reconhecimento (SCHAAF, 2003).

No desenvolvimento da Unidade Produtiva Agrária Familiar o empenho da mulher é indispensável, assim, a mesma não dispõe de tempo para frequentar uma instituição de ensino para romper com a ignorância imposta, pois precisa sobreviver e sustentar a prole. Como se dá esse processo

de subsistência? Por meio do trabalho, do esforço para criar e manter a organização na Unidade Produtiva. Então, qual o tempo que resta para sua educação formal? A educação é privilégio e/ou acessível para poucas, portanto, quando se chega a resultados de conclusão de curso a nível superior, tal fato pode ser considerado como uma vitória, tal como se constatou para algumas camponesas das comunidades de Junco, Lustal II e Tiassol.

Comparando os resultados da presente pesquisa com os de outros lugares do mundo, tais como países asiáticos e da África subsaariana, é interessante observar que a alta taxa de analfabetismo feminino mostra vínculo estrito com a desigualdade de gênero (BALIAMOUNE-LUTZ E MCGILLIVRAY 2009). Na presente pesquisa é visível que a jornada de trabalho da maioria das camponesas, independentemente dos períodos do ano (já que há poucas alterações), é extremamente longa (exceção feita a Tapera e Junco onde é longa) e, conseqüentemente, elas não chegam a ter disponibilidade de tempo para encaminhar-se às instituições de ensino.

Interessante observar que esses resultados encontrados no semiárido cearense corroboram os de outros lugares do Nordeste brasileiro: Fisher (2001, 2002a, 2002b) e Fisher *et al.* (2003) para camponesas rurais no Estado de Pernambuco e, de acordo com Benevides (2004), para o Estado da Bahia. Essas camponesas nordestinas vivem em uma rotina diária de atividades que são vitais para a produção e manutenção do desenvolvimento de onde residem e que, contraditoriamente, essa mesma rotina de produção e reprodução perpetra a privação de níveis educacionais avançados. Esse nível educacional melhorado poderia atender às expectativas futuras, porém existem poucas camponesas estudadas por esses últimos autores que puderam superar essas contradições e haverem concluído, em alguns casos, o ensino superior completo. Considerando isso, pode-se deduzir que a liberdade é usurpada e conseqüentemente a autonomia feminina é perdida, retida, pois sua educação, ou melhor, a falta dela, não lhe deixa escolha: sua própria rotina (construída exclusivamente para ela e não por ela) lhe faz ficar limitada e assim alienada em seu próprio convívio.

Verifica-se que a mulher rural tem essencialmente como prioridade em sua vida servir de espinha dorsal para sua família. Segundo Santos (2007), a mulher rural, incluindo a nordestina, funciona como um elemento chave não apenas para a sobrevivência dos indivíduos, mas também para a transmissão da cultura, dos bens econômicos, para a proteção de seus componentes familiares e de solidariedade entre gerações. A riqueza e o desenvolvimento rural são construídos com a participação da mulher, porém, a divisão tradicional de gênero esconde a atuação feminina. Inclui-se a questão da hierarquia de gênero, onde a vida econômica e política da unidade familiar permanece centralizada no homem e dominada por ele (SYMES E MARS DEN, 1983). Assim, a mulher rural assume e convive com grandes responsabilidades, o que contribui para que haja naturalmente uma secundarização de sua vida pessoal, ou seja, renúncias às futuras experiências e expectativas (FALCÃO, 2005). Com essas limitações, quais questionamentos podem

essas camponesas permitir-se formular? Por que ter que ir até a escola quando tudo já soa tão difícil? E o tempo disponível? E as obrigações do lar, quem ficará responsável?

Em estudo anterior Vidal (2009) constatou que mais da metade das camponesas (50,67%) entrevistadas no Distrito do Baixo Trici informaram que a melhoria em suas vidas e em seu trabalho está intrinsecamente relacionada e dependente das ações governamentais. Porém, é possível perceber que, apesar dos esforços inauditos do governo Lula em relação à alfabetização por intermédio da parceria do Ministério da Educação com a Organização Não Governamental Alfabetização Solidária (Esteves, 2002; Furlan, 2007), essa ação não pôde ainda no período de oito anos apresentar uma verdadeira modificação no acesso e tipo de educação que as camponesas do semiárido necessitam ter, ou seja, uma educação que permita à mesma obter o controle sobre sua vida (BASU, 2002) e, conseqüentemente, autonomia que poderia resultar em liberdade.

Outra pesquisa realizada sobre o tema, porém no Vale Médio do Rio Ebro (Semiárido da Espanha), identificou a natureza do trabalho feminino, classificando-o como agrário, doméstico ou assalariado para uma amostra representativa de camponesas (VIDAL, 1995B). O estudo evidenciou a diversificação de responsabilidades concernentes às camponesas nas Unidades Familiares de Produção situadas em diferentes zonas agrárias naquela região semiárida; ademais, é analisado o tempo de trabalho feminino de acordo com a estação do ano. A autora observou que houve uma redução da jornada de trabalho nos períodos de outono e inverno para a maioria das zonas agrárias do Vale Médio do Rio Ebro, mantendo-se nas demais, uma jornada relativamente estável (VIDAL, 1995b). No caso das comunidades sob estudo naquele distrito rural do Ceará, a variação do tempo de trabalho de acordo com o período de seca e de chuva não apresentou mudanças consideráveis, tal como foi exposto antes, implicando que as Unidades de Produção na maioria das comunidades rurais dispõem do trabalho feminino em todo o período do ano de maneira relativamente regular – nas Comunidades de Junco e Tapera o fenômeno adquire menor expressividade. Tais resultados demonstram a importância da mulher na manutenção da Unidade Familiar de Produção, abrangendo diversidade de atividades (VIDAL, 2009). Pode-se destacar que, embora em determinado período do ano as camponesas descansam de algumas atividades, mantem-se ocupadas com outras responsabilidades, já que o tempo de trabalho pouco varia tal como foi colocado anteriormente.

Ainda na mesma região semiárida da Espanha previamente referido por Vidal (1995c), verificou que o grau de formação educacional feminino para as camponesas estudadas revelou que a maioria não havia alcançado o EGB completo, ou seja, o Ensino Geral Básico correspondente ao Ensino Fundamental no Brasil. Assim, pode-se verificar que o espaço rural semiárido cearense conserva problemas similares aos que atingiam, na última década do século 20, o campesinato feminino da Espanha, país atualmente desenvolvido da União Europeia.

Um estudo realizado na Aldeia Ludas, Distrito de Haryana, região semidesértica da Índia, envolveu camponesas agricultoras em atividades de colheita de trigo (JYOTSNA *ET AL.*, 2005). Apesar da realidade agropecuária das camponesas rurais hindus ser diferente das camponesas cearenses, na Índia a maior parte das mulheres rurais é obrigada a trabalhar no campo por apresentar baixo nível educacional, o que também pode ser inferido para as camponesas sob estudo das Comunidades Rurais em Tauá, já que a grande maioria apresenta nível informal de educação, tal como já foi frisado.

Pesquisas desenvolvidas por Ejembi *et al.* (2006), na Nigéria, país com milhões de analfabetas, demonstraram que os níveis educacionais de agricultoras que trabalham como mão de obra nas fazendas encontram-se assim distribuídos: 22% no primário, 17% no secundário e 23,67% no pós-secundário. Tal situação é preocupante para as comunidades nigerianas, onde a maioria das camponesas possui nível informal de educação tal como também foi observado no presente estudo. É necessário considerar que a Nigéria, ex-colônia britânica, é um país onde há uma alta concentração de pobreza e uma população desprovida de recursos, o que acentua a precariedade na vida de suas camponesas. Ademais, tanto para a Nigéria em geral como para algumas regiões semiáridas como a aqui estudada, é de grande importância entender a carência econômica como um fator determinante para a compreensão da vida familiar e social da mulher, um ser ativo e em forte contato com a natureza construtiva do desenvolvimento.

Em alguns países da Ásia oriental como a China – segundo pesquisa sobre a vida das agricultoras, que representam 41% da força de trabalho rural (FLAMM E XIE, 2006) – ocorre nos últimos anos uma mudança na mentalidade das camponesas, já que foi revelada uma preocupação em se adquirir um nível educacional de qualidade para, conseqüentemente, se obter uma vida de maior conforto. De acordo com a resposta de uma mulher entrevistada nesse estudo chinês, cuidadora dos netos para que o filho e a esposa do mesmo possam trabalhar na cidade, os netos e as netas quando não estão na escola a ajudam no campo. Porém, essa agricultora-avó lamenta que, por ser ela de uma família bastante pobre, não teve oportunidade de ir para a escola e que os tempos atuais estão mais fáceis, pois com a melhora no nível educacional, as camponesas podem ajudar na renda do lar e assim proporcionar um conforto para a família (FLAMM E XIE, 2006). Evidencia-se, nesse caso, que a educação vai servir de alicerce para uma autonomia mais ampla, pois a família vai poder usufruir um conforto maior e, simultâneo a isso, a possibilidade das agricultoras conseguirem sua liberdade para poderem optar por vidas não limitadas a um sistema tradicional de condicionamento social. No caso da região em estudo no Ceará, a questão é que as condições de vida e especificamente a jornada de trabalho feminina impedem a possibilidade de organização por melhores condições e posicionamento social. É importante observar que as camponesas que têm essa oportunidade são exemplos para que outras mulheres se interessem por uma mobilização para que assim possam desfrutar de uma vida mais digna de liberdade e opções. Porém, quando a situação

é inversa, as opções inexistem e o provável final é a reprodução do ciclo de subordinação da mulher em uma vida mediatizada.

Em um estudo realizado no sul da Bahia (BENEVIDES, 2004), pode ser identificado que geralmente as jovens rurais acabam sendo mães cedo e por isso têm sua vida escolar interrompida segundo a pesquisa do Centro de Ação Social (Ceas), que também revelou dados do nível educacional da mulher cacauzeira: 64,5% sabem ler e escrever, mas somente 5,6% completaram o ensino médio. Assim, reafirma-se o anacrônico ciclo de vida de grande parte das camponesas rurais: o de possuírem uma educação voltada para a administração do lar e para a procriação (BENEVIDES, 2004). Nesse estudo sobre a mulher cacauzeira observa-se que a pesquisa enfocou camponesas jovens, ainda em período escolar. As mulheres do presente estudo no Ceará não se encontram nessa fase juvenil [a idade média das camponesas sob estudo é de 45,52 anos], porém, os números sobre seus níveis educacionais são similares, refletindo restrições estruturais e conjunturais de seu ambiente.

Pode-se observar que, sem a educação formal como foi demonstrado no presente estudo, bem como nas análises sobre a mulher cacauzeira (BENEVIDES, 2004), a do semiárido espanhol (VIDAL, 1995b; 1995c), a hindu (JYOTSNA ET AL., 2005) e a mulher rural chinesa (FLAMM E XIE, 2009), a mesma não vai obter espaço para sua própria vida, ou melhor, esses espaços tornam-se cada vez mais difíceis, pois o ciclo perdura e na maioria das vezes parece intransponível. Entende-se aqui a educação como um dos fatores primordiais para o processo de emancipação das camponesas. Importante ressaltar que esse fator não é o único, uma vez que estudos comprovam realidades diferentes para homens e camponesas com igual escolaridade (LAVINAS E NICOLL, 2006; SILVA E MENDONÇA, 2010). As condições de desigualdade persistem no atual sistema de produção, excluindo e tratando de maneira diferenciada, tanto classes sociais, como categorias, e até mesmo a condição natural de mulher e homem, ou seja, reforçando a discriminação entre gêneros. Genericamente, constatou-se que, quanto maior for a precariedade material e a falta de informação, mais delicada e vulnerável será a condição da camponesa, ou seja, mais sufocante e limitada sua ação no desenvolvimento do espaço rural.

## Conclusões

Considerando o trabalho, assim como a educação, como meios de instrumentalização e de abertura de perspectivas para ação política e para a construção de uma sociedade plural e democrática, evidencia-se a mulher como autora nas relações produtivas e reprodutivas na Unidade Familiar de Produção e, portanto, do desenvolvimento rural. No entanto, a longa jornada de

trabalho das camponesas constatada no estudo impossibilita às mesmas retornar ao processo de educação formal, impedindo-as de conciliar seus “tempos” com a educação.

Evidenciam-se ainda insuficientes as ações educacionais direcionadas às camponesas rurais pelos poderes públicos. A própria condição conjuntural e estrutural das comunidades rurais em estudo influenciam a precariedade da educação feminina no meio rural, uma vez que, para se manter (reproduzir) é necessária a longa jornada de trabalho, que por seu turno condiciona inexoravelmente a vida das camponesas rurais à ausência de atividades para tornarem-se seres sociais ativos e autônomos. A disparidade de gênero pode ser considerada um fator imobilizante para a atuação da mulher rural em uma esfera mais ampla, educacional ou, de autonomia econômica.

## Referências

- BALIAMOUNE-LUTZ, M.; MCGILLIVRAY, M. Does gender inequality reduce growth in Sub-Saharan África and Arab Countries? *African Development Review*, v. 21, n. 2, p. 224-242, set. 2009.
- BASU, A.M. Why does education lead to low fertility? A critical review of some of the possibilities. *World Development*, v. 30, n. 10, p. 1779-1790. 2002.
- BENEVIDES, N. O perfil da mulher cacaueira: relatório referente à pesquisa realizada na região sul da Bahia. *Caderno do CEAS*, n. 211, p.1-12. 2004.
- BUTTEL, F.; GILBERT, W.; GILLESPIE, Jr. The sexual division of farm household labor: an exploratory study of the structure of on-farm and off-farm labor allocation among farm men and women. *Rural Sociology*, v. 49, n. 2, p. 183-209. 1984.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – MEC/INEP. **Mapa do analfabetismo do Brasil**, 2002a. Disponível em:<<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 26 abr 2010.
- \_\_\_\_\_. **Arquivo de dados**, 2002b. Disponível em:<<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 26 abr 2010.
- BRUSCHINI, C. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não remunerado? In: ARAÚJO, C.; PICANÇO, F.; SCALON, C. (Org.). **Novas conciliações e antigas tensões? Gênero, família e trabalho em perspectiva comparada**. Bauru/SP: Edusc. 2007.
- CADENGUE, H; GEHLEN, V.R.F; SILVA, L.B. da; RAIMUNDO, V.J. Considerações sobre a agricultura familiar e as relações de gênero no âmbito da reforma agrária brasileira. In: SIMPÓSIO EM FILOSOFIA E CIÊNCIA, 6., Recife, 2005. **Anais...** Recife, 2005.

- CAPORALE-BIZZINI, S. **Discursos teóricos en torno a la(s) maternidad(es). Una visión integradora.** Madrid: Entinema, 2004. 281 p.
- CHAVALITSAKULCHAI, P.; SHAHNAVAZ, H. **Women workers and technological change in industrially developing countries from an ergonomics perspective.** Sweden: Center for Ergonomics of Developing Countries, Department of Human Work Sciences. Lulea University, 1990.
- CHIAPPE, M.B. **La situación de las mujeres rurales em la agricultura familiar de cinco países de América Latina.** Montevideo: ALOP - Asociación Latinoamericana de Organizaciones de Producción, May 2005.
- CUNHA, A.D. da C.; SCHULZE, A.B.; TEMOCHE, M.D.R. Relações de poder na organização do trabalho na agricultura familiar - estudo comparativo. **Qualit@s** - revista eletrônica, v. 6, n. 2, 2006.
- CRUZ, L. da S.; CHELOTTI, M.C.A. Associação de Camponesas da Comunidade Rural Rancho Alegre: entre o preconceito e as estratégias de sobrevivência no espaço agrário do Município de Mirassol d'Oeste - MT. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2., Presidente Prudente, 11 a 15 de nov. 2005. **Anais...** Presidente Prudente, 11 a 15 de nov. 2005.
- DILLON, J.L. The farm as a purposeful system. Department of Agricultural Economics & Business Management. **Miscellaneous Publication**, n. 10. Australia: The University of New England, 1992, 27 p.
- EJEMBI, E.P.; EJEMBI, S.A.; ABGULU, O.N. Food chain activities of women in an Agrarian Community in Central Nigeria: implications for rural development. **Journal of Human Ecology**, v.19, n. 1, 2006, p.63-67.
- ESTEVES, R.C.V. Programa alfabetização solidária: uma estratégia de sucesso para a educação de jovens e adultos no Brasil. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 7., Lisboa. 2002. **Anais...** Lisboa, 2002, p. 8-11.
- FALCÃO, R.B. de M. **Desenvolvimento sustentável local no semiárido nordestino: um estudo de caso na Comunidade de Mirandas, Caraúbas/RN.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. 2005, 182 p.
- FERREIRA, A.B. de H. **Dicionário Aurélio básico.** São Paulo: Nova Fronteira. 1988.
- FISCHER, I.R.A. Estrutura familiar da seca. Múltiplas trajetórias: estudos de gênero. In: ENCONTRO DA REDOR, 8., Fortaleza, Ceará, 2001. **Anais...** Fortaleza, Ceará, 2001. p. 169-191.
- \_\_\_\_\_. Reforma Agrária: chão masculino, pão feminino. **Texto para Discussão**, n.130, Recife: FUNDAJ, 2002a.
- \_\_\_\_\_. A mulher e a emergência da seca no NE do Brasil. **Texto para Discussão** n.139, Recife: FUNDAJ, 2002b.

- FISCHER, I.R.; MELO, L.A. de; VIEIRA, E.M.M.; ROCHA, I. Capacitando camponesas chefes de família para gestão coletiva. In: SILVA, M.D.; NERY, I.S. (Org.). **Mulher Gênero e Globalização**. Teresina, PI: 2003, p. 30-45.
- FLAMM, P.M.; XIE, W. **L'Importance du role des femmes rurales en Chine**. 2006. Disponível em: <<http://www.un.org/french/pubs/chronique/2006/numero2/0206p21.htm>>. Acesso em: 16 jul 2013.
- FUNDAÇÃO DE METEOROLOGIA DO ESTADO DO CEARÁ – FUNCEME. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Superior. **Prognóstico para o Período de Fevereiro-Março-Abril de 2010**. 14 p.
- FURLAN, R.M.C. **Políticas públicas de educação de jovens e adultos nas escolas estaduais de São Paulo: avanços e desafios à sua consolidação**. 161p. Dissertação (Mestrado em Educação) - UNICID – Universidade Cidade de São Paulo, São Paulo. 2007.
- GASSON, R. Farmer's wives-their contribution to the farm business. **Journal of Agricultural Economics**, v. 43, n. 1, 1992, p. 74-87.
- GOMES DA SILVA, A. Ocupação e pluriatividade das famílias rurais nordestinas: o caso do RN. In: GICO, V.V.; LINDOSO, J.A.S.; SOBRINHO, P.V.C. (Org.). **As Ciências sociais: desafios do milênio**. Natal, 2001, p. 372-385.
- GOMES DA SILVA, A.; CARVALHO, A.C.A.T. Composição e distribuição da renda das famílias rurais na região do pólo fruticultor do Rio Grande do Norte. In: CAMPANHOLA, C.; SILVA, J.G. da. (Org.). **O novo rural Brasileiro: rendas das famílias rurais**. Brasília, v.5, 2004, p. 113-158.
- GOVERNO DO CEARÁ, Secretaria dos Recursos Hídricos. **Programa de ação estadual de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca**, PAE-CE, Fortaleza: Ministério do Meio Ambiente/Secretaria dos Recursos Hídricos. 2010.
- \_\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Educação, Desenvolvimento Social e Cidadania de Tauá, Prefeitura de Tauá - CE. **Diagnóstico sócio-econômico municipal**. 2007, 200 p.
- HARTMANN, H.I. The family as the focus of gender, class and political struggle: the exemple of house-work. **Signs**, v. 6, n. 3, 1981, p. 366-94.
- INSTITUTO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA ECONÔMICA DO CEARÁ - IPECE **Ceará em mapas**. 2010. Disponível em: <<http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/capitulo3/34.htm>>. Acesso em: 8 ago 2013.
- JYOTSNA, R.K.; SINGH, K.; MEHTA, M. Ergonomic evaluation of the rural women while performing wheat harvesting activity. **Journal Human Ecology**, v. 18, n. 4, p. 309-311, 2005.
- LAVINAS, L.; NICOLL, M. Atividade e vulnerabilidade: quais os arranjos familiares em risco? **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 1, p. 67- 97, 2006.
- LECKIE, G.L. Toward a feminist analysis in rural geography. **Ontario Geography**, v. 30, p. 91-111, 1987.

- NAROTZY, S. Worker cooperatives, women's work and food security in a Catalan rural área. **Journal of Rural Cooperation**, v.12, p. 145-158, 1988.
- ORTIZ, F.I. **Mexican American women: schooling, work, and family (ERIC Digest)**. Charleston, WV: ERIC Clearinghouse on Rural Education and Small Schools, 1995.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. **Índice de desenvolvimento humano**, 2010. Disponível em: <<http://www.un.org>>. Acesso em: 24 jun 2010.
- ROSSINI, R.E. Geografia e gênero: a mulher como força de trabalho no campo. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 23, p. 1-58, 1993.
- \_\_\_\_\_. O Trabalho da mulher na agricultura canieira altamente tecnificada e capitalizada – São Paulo – Brasil. In: LEMOS, A.I.G. de; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. **América Latina: Cidade, campo e turismo**. CLACSO. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, SP. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemos/13rossini.pdf>>. Acesso em: 18 nov 2009.
- SANTOS, M. de O. A mulher e a reprodução social da família. **Revista Ártemis**, v.7, p. 88-92, 2007.
- SANTOS, J.A.F. Classe social e desigualdade de gênero no Brasil. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 2, p. 353-402, 2008.
- SANTOS, E.M.C., SILVA, O.A. da. Agentes sociais de produção do espaço rural no Território do Sisal - Bahia. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 5, n. 9, p. 71-88, 2010.
- SCHAAF, A. van der. Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 5, n. 10, p. 412-442, 2003.
- SILVA, K.C.; MENDONÇA, R.M. **Mulher, trabalho e educação: um olhar sobre o trabalho feminino nas empresas mineroquímicas de Catalão/GO**. 2010. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/D34.pdf>>. Acesso em: 3 set 2010.
- SYMES, F.G.; MARSDEN, T.K. Complementary roles and asymmetrical lives: famer's wives in a large farm environment. **Sociologia Ruralis**, v. 23, p. 229-241, 1983.
- TRIOLA, M.F. **Introdução à Estatística**. São Paulo: Livros Técnicos e Científicos, 1999.
- VIDAL, D. de L. Mujer rural y relaciones de género en el medio semi-árido de Aragón. 1. Conceptualizando el nicho laboral femenino en el marco de la teoría sistêmica. In: CONGRESSO NACIONAL DE ECONOMIA Y SOCIOLOGÍA AGRARIAS, 2. Valencia, España. 1995. **Anais...** Valencia, España, 1995a.
- \_\_\_\_\_. Mujer Rural y relaciones de género en el medio semi-árido de Aragón. 2. Análisis del trabajo femenino en la Unidad de Producción Agraria Familiar. In: CONGRESSO NACIONAL DE ECONOMIA Y SOCIOLOGÍA AGRARIAS, 2. Valencia, España. 1995. **Anais...** Valencia, España, 1995b.

- \_\_\_\_\_. Mujer rural y relaciones de género en el medio semi-árido de Aragón. 4. Caracterización del Nicho Laboral Agrario. CONGRESO NACIONAL DE ECONOMIA Y SOCIOLOGÍA AGRARIAS, 2. Valencia, España. 1995. **Anais...** Valencia, España, 1995c.
- \_\_\_\_\_. **Relatório final do projeto de pesquisa e extensão rural: autosustentação econômico-social de comunidades rurais através de cabras leiteiras naturalizadas em região semi-árida dos Inhamuns, Ce.** Financiado pelo CNPq-MCT (Edital CT-AGRO/CT-HIDRO/MCT/CNPq – nº 019/2005). 175 p. Relatórios de Fundos Setoriais do Ministério de Ciência e Tecnologia. 2009. Disponível em: <[sigcti.mct.gov.br/fundos/rel/ctl/ctl.php?act=projeto...](http://sigcti.mct.gov.br/fundos/rel/ctl/ctl.php?act=projeto...)> Acesso em: 3 ago 2013.
- \_\_\_\_\_. Work division in family farm production units: Feminine responsibilities typology in a semi-arid region of Brazil. **Journal of Arid Environments**, v. 97, p. 242-252, 2013.
- WHATMORE, S. Ciclo vitale o struttura patriarcale? In: CONGRESSO DE SOCIOLOGIA RURAL, 7, Bolonha, Itália. 1988. **Anais...** Bolonha, Itália. 1988.
- \_\_\_\_\_. Theories and practices for rural sociology in a new Europe. **Sociologia Ruralis**, v.30, n. 3-4, p. 251-259, 1990.